

PRAIA VERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

V.26 N. ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

Rosana Morgado

Sheila Backx

ENSAIOS

Maria Helena Rauta Ramos

Marilda Villela Iamamoto

Lilia Guimarães Pougy

Yolanda Guerra

Sara Granemann

Fátima Grave Ortiz

ENTREVISTA

Leila Bugalho

EDIÇÃO ESPECIAL

40 ANOS DO PPGSS-UFRJ

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 26 n. ESPECIAL
2016
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|-------------|----------|------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 26 | n. especial | p. 1-168 | 2016 |
|------------------------|----------------|-------|-------------|----------|------|

PRAIAVERMELHA

Quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e a contribuição de Carlos Nelson Coutinho

Marilda Villela Iamamoto

Graduação em Serviço Social pela UFJF (1971), mestrado em Sociologia Rural pela USP (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP (2001). É professora titular (aposentada) da ESS-UFRJ e professora titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ.

| | | | | | |
|------------------------|----------------|-------|-------------|----------|------|
| Revista Praia Vermelha | Rio de Janeiro | v. 26 | n. especial | p. 61-89 | 2016 |
|------------------------|----------------|-------|-------------|----------|------|

RESUMO

Este texto apresenta alguns marcos do percurso histórico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ - seus antecedentes, origem e desenvolvimento até a década de noventa do século XX -, ao mesmo tempo em que presta um tributo aos seus docentes na pessoa de Carlos Nelson Coutinho (in memoriam), um de seus destacados protagonistas, aqui homenageado.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-graduação em Serviço Social. História do Serviço Social. Homenagem a Carlos Nelson Coutinho.

INTRODUÇÃO

Saúdo as quatro décadas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, primeiro curso de mestrado e de doutorado em Serviço Social em uma universidade pública federal, no País. Estes votos são extensivos aos docentes, discentes e funcionários que, juntos, construíram a excelência desse Programa de Pós-Graduação.

No universo da pós-graduação em Serviço Social no Brasil, a UFRJ se destaca pelo pioneirismo na incorporação da renovação crítica da profissão herdada do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, adensando-a e superando suas formulações iniciais, ao oferecer inédita contribuição à afirmação acadêmica do Serviço Social brasileiro no país e no exterior.

Este breve texto registra os antecedentes, origem e protagonismo do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, até a

década de noventa, no marco do debate do Serviço Social brasileiro, e faz uma homenagem aos seus docentes na pessoa do Prof. Carlos Nelson Coutinho, salientando sua contribuição a esse Programa de Pós-Graduação.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ: ANTECEDENTES, ORIGEM E PROTAGONISMO ATÉ OS ANOS NOVENTA

O curso de Serviço Social da UFRJ – do qual que se desdobra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – é exemplar expressão da permanente capacidade de autossuperação do Serviço Social, enraizado na realidade brasileira e latino-americana, rompendo vínculos de origem que presidiram a cultura profissional e sua inserção política na sociedade. O Serviço Social brasileiro tem sido capaz de dar saltos de qualidade na formação acadêmica e profissional, em sua inserção na universidade pública no exercício de suas funções precípuas: o ensino, a pesquisa e a extensão, a serviço da coletividade.

O curso de Serviço Social na então Universidade do Brasil, criada em 1920, tem seus antecedentes em uma emenda ao Decreto nº 595 de 1936, encaminhado, em 1937, pela deputada católica Carlota Pereira de Queiroz. Ele propunha uma base comum ao ensino de enfermagem e Serviço social na Universidade do Brasil, sendo prevista a criação, no terceiro e último ano do curso, de especializações: assistente social investigadora, assistente social educadora, assistente social da indústria, assistente social da infância. Mas o golpe de Estado de 1937, fez com que o referido decreto fosse engavetado, adiando a criação de uma escola de Serviço Social na capital federal (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 196; Dahmer Pereira, 2007, p.15).

Isolina Pinheiro (1985, p. 5) registra a existência, em 1939, de um curso superior de Serviço Social na Universidade do Brasil, com prerrogativa de extensão universitária, na gestão do Reitor Raul Leitão da Cunha, coordenado por ela. Buscava-se despertar o interesse de servidores públicos para os serviços sociais. Frequentou o curso um total

de 300 participantes, dos quais 100 diplomados; 115 médicos, 20 advogados, 70 professores, 35 enfermeiros e 60 de outras formações.

Finalmente, em 1940, é introduzido o curso de Preparação em Trabalho Social na Escola de Enfermagem Ana Nery, a primeira iniciativa do governo federal para a formação de assistentes sociais, o qual foi interrompido durante a Segunda Guerra Mundial (Iamamoto e Carvalho, 1982, p.196-197). Segundo informa Arozo (apud Dahmer Pereira, 2007, p.17), por meio do Decreto nº 0045 de 13/03/1967 o curso de Serviço Social torna-se unidade autônoma do Centro de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (CFCH) da UFRJ.

Na história dessa Escola de Serviço Social tem papel de destaque a Prof.^a Maria Amália Soares Arozo, que coordenou o curso de Serviço Social na Escola de Enfermagem Ana Nery no período de 1949 a 1967 e foi diretora da Escola de Serviço Social da UFRJ, de 1967 a 1975. Ela também liderou a criação do mestrado em 1976, tendo sido sua primeira coordenadora e dispendo de hegemonia nesta escola até 1983, quando afastou-se (Migliari, 2007; UFRJ, 2007; Bravo, 2007; Bravo e Freire, 2008). Participou ativamente da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), tendo sido uma de suas presidentes. A Profa. Arozo era vinculada à Ação Católica e secular consagrada do *Instituto Secular Caritas Christi*, tendo ocupado a direção da Conferência do Instituto Secular do Brasil – CISB – no período de 1986 a 1992 (Muricy, 2000). Saliento estas informações porque elas indicam os estreitos vínculos entre a Universidade Pública e a orientação católica no universo do Serviço Social.

Em meados da década de sessenta do século XX, teve início o *primeiro curso de especialização em Serviço Social* – uma pós-graduação *lato sensu* - dando a largada para o ensino pós-graduado.

A pós-graduação *stricto sensu* inicia-se com o curso de mestrado, aprovado pela UFRJ em 1976, e pelo MEC/CFE, em 1979. *A Escola de Serviço Social da UFRJ atesta seu pioneirismo ao criar o primeiro curso de pós-graduação stricto sensu, público e gratuito, ao nível de mestrado, em uma universidade federal no país.*

Estas iniciativas ocorrem, sob o ângulo profissional, no lastro dos

desdobramentos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, desencadeado no *I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina*, em 1965, em Porto Alegre, Brasil. Este foi o primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano, reagindo à importação de parâmetros profissionais. Denuncia-se o capitalismo dependente e o imperialismo norte-americano, num ambiente político-cultural que foi marcado pela vitória dos revolucionários de Sierra Maestra sobre Havana, das lutas estudantis de 1968, da abertura da Igreja Católica a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXII e da teologia da libertação.

O movimento de Reconceituação foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente que se refratam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis¹, nos Estados Nacionais, na organização de categorias profissionais, na arte e na cultura em geral. Ele é expressão da aproximação do Serviço Social às lutas, organizações e movimentos sociais portadores da defesa de direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas.

Mas o período de vigência da Reconceituação e seus desdobramentos coincide com a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Aqui o debate do Serviço Social assume outras tonalidades e recebe distintas influências: especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos -, ou nos provocativos termos de Aquin (2005), uma “reconceituação conservadora” - expresso nos Seminários de Teorização do Serviço Social promovidos pelos CBCISS. O registro destes eventos encontra-se nos Documentos de Araxá (1967), de Teresópolis (1970) e de Sumaré (1978). Os dois primeiros foram objeto de um inaugural embate teórico e político *no universo do Serviço Social latino-americano*,² expressando a diversidade de orientações profissionais no continente.

1 VER: RODRIGUEZ, Manuel, E, La rebelión estudiantil y el Servicio Social. *Revista Hoy em Servicio Social* n° 21. Buenos Aires: ECRO, jul. 1971, p. 17-32.

2 Cf. ANDER-EGG, Ezequiel. Lectura crítica del documento de Teresópolis (1^a

Nos anos 1970, como informa Bravo (2007, p. 59), vários professores da Escola de Serviço Social participaram de eventos promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS -, cujas produções passam a ter maior influência intelectual no curso: as professoras Maria da Glória N. Ferreira (Araxá), Tecla Soeiro Machado (Terezópolis e Sumaré), Leila Bugalho, Ana Stella Furtado, Maria Cristina Salomão Almeida e Maria Augusta de Aguiar Ferraz Temponi (Sumaré).

No universo do Serviço Social brasileiro, data de meados da década de setenta e início dos anos oitenta do século XX, o desencadeamento de um processo de ruptura tanto com as concepções de origem quanto com aquelas que prevaleceram no período da ditadura militar. Refiro-me tanto ao *social work* norte-americano matizado pelo pensamento católico quanto à modernização conservadora e/ou tecnocrática do Serviço Social, amalgamada a um arranjo teórico e doutrinário que envolvia princípios e valores éticos de cunho filosófico aristotélico-tomista, hegemônica no período da ditadura militar. Esta orientação, sob os constrangimentos da ditadura, contribui para uma “blindagem” política às produções acadêmicas do Movimento de Reconceituação, tal como se expressou nos países de língua espanhola.

O Brasil dispunha, nesse período, de um polo de resistência a essa vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como expresso nos países de língua espanhola. A experiência da referida Escola mineira é considerada por Netto (1991) como a formulação inicial e mais abrangente da vertente profissional no pós-1964 qualificada por ele de “intenção de ruptura” com as marcas conservadoras

parte). *Hoy en el Trabajo Social*, nº 25. Buenos Aires: ECRO, dez, 1972, p. 61-76. ANDER-EGG, E. Lectura crítica del Documento de Teresópolis. 2da parte, comentário al trabajo de Jose Lucena Dantas. “La teoría metodológica del Servicio Social. Un abordage sistemático”. Bibliográficas. *Hoy en el Trabajo Social*, nº 26. Buenos Aires: ECRO, abr, 1973, p. 35-37.

e modernizantes do Serviço Social brasileiro. As propostas e análises aí formuladas – se pouco difundidas no país, à época, dados os constrangimentos político-institucionais – ganham ampla visibilidade no meio profissional latino-americano.

Encontra-se, no chamado "Método Belo Horizonte", um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo profissional: à sua pseudo-neutralidade teórico-prática, ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, à visão dicotômica das relações sujeito-objeto (traduzidas no dualismo homem-meio), à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda, a essa teia de críticas, a visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais eivados pelos propósitos de atenuar disfunções sociais, desadaptações e desvios comportamentais, tão caros às interpretações de cunho funcionalista da dinâmica social.³

A experiência da então Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte), ao nível da formação acadêmica⁴ e do exercício profissional, é exemplar de uma das tendências

3 Para uma análise global da experiência do grupo de Belo Horizonte, ver os seguintes documentos elaborados entre 1971 e 1974: "A prática como fonte de teoria" (1971); "Uma proposta de reestruturação da formação profissional" – publicado em QUIROGA, Consuelo (Org). *Compendio sobre la Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social*. Buenos Aires: ECRO, 1973b; "Teoria, Prática, Serviço Social" e "Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais" – estes últimos resgatados por Lima (1982). Na perspectiva de uma leitura crítica da experiência ver: LIMA, Leila; RODRIGUEZ, Roberto. "Metodologismo: estallido de una época", In: *Acción Crítica*, Lima (Peru), n. 2, p.15-41, jul. 1977; NETTO, José Paulo. *Autocracia burguesa e Serviço Social*. (Doutorado em serviço Social) São Paulo: PUC/SP, 1991; BARBOSA, Margarida Maria. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social: Belo Horizonte, 1960-1984*. São Paulo: PUC/SP, 1989. (Mimeo); RODRIGUES DA SILVA, Lúcia Maria. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado, São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.

4 A reestruturação do ensino teórico-prático, acompanhada da análise crítica da Universidade Brasileira nos moldes do acordo MEC-USAID, busca resgatar

presentes no universo profissional no continente. Mas ela também traz em si as limitações teórico-metodológicas e as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento. Entre estas, podem ser mencionadas: a atualização de marcas messiânicas nos objetivos-fins profissionais: "a transformação do homem e da sociedade", mediada pelos processos de capacitação, conscientização e organização, inspirados na "pedagogia do oprimido", de Paulo Freire. Decorre daí uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos, alimentada por ingredientes teóricos extraídos do arsenal do marxismo "oficial" e da teologia da libertação. Nesta proposta verifica-se uma tensão presente entre os propósitos de uma análise de inspiração marxista no campo teórico-metodológico e as fortes marcas epistemologistas que a informam. De fato, percebe-se uma completa ausência, na análise, do trabalho como fonte da produção do ser social, fundante na reflexão marxista. Poder-se-ia afirmar que, do ponto de vista teórico-metodológico, a proposta em discussão exemplifica tipicamente o que Quiroga (1989) qualifica de "invasão às ocultas" do positivismo no marxismo. O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional operária (1889-1916) - também conhecida como Internacional Socialista - haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria", tal como ali é trabalhada.

a possibilidade de condução do processo curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. A concepção globalizadora de currículo articula o ensino teórico-prático à pesquisa e à prática, operacionalizado nas "unidades de ensino e aprendizagem". Por meio das "equipes de prática", articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional e apoiada em uma orientação interdisciplinar, têm-se inéditos avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional. Ver: QUIROGA, (org.) 1971.

Soma-se a essas observações a formalização dos momentos metodológicos, resultante de uma exemplar sistematização da prática, erigida como fonte de revisão e elaboração de teorias.

Tais comentários críticos, aqui sinteticamente expressos, não embaçam a importância da experiência antes assinalada, mas assinalam os desafios com que se defronta o Serviço Social em sua relação com a tradição marxista.

No Brasil, a ditadura do grande capital nos termos de Ianni (1981) propiciou o aprofundamento da expansão monopolista com significativas alterações nos processos produtivos, na reorganização do Estado com irradiações no conjunto dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil (em especial a Universidade). Tais condições históricas tornaram possível a gestação de um *novo perfil profissional ainda no período ditatorial. Consolida-se um mercado de trabalho efetivamente nacional para os assistentes sociais*, cresce o contingente profissional, realiza-se a efetiva inserção da formação nos quadros universitários e sujeita às exigências de ensino, pesquisa e extensão. A pós-graduação *stricto sensu* passou a nutrir a produção científica, o diálogo acadêmico com áreas afins, o mercado editorial e a renovação dos quadros docentes.

Esta maturação acadêmica - ainda em tempos sombrios que lançaram profundas amarras sobre a sociedade civil - iria florescer no período da crise da ditadura, fazendo com que o Serviço Social vivesse um descompasso: ao mesmo tempo em que dispunha de condições materiais para dar o salto necessário tendo em vista responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, carecia de massa crítica para embasar uma autorrenovação nesses rumos. Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceitualização. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão, haviam amadurecido historicamente. Repô-las significaria potencializar os seus equívocos. Dessa maneira, para a dinamização da análise crítica do Serviço Social, não restou outra alternativa senão a de um mergulho na pesquisa histórica

aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas). Em outros termos, um *esforço de articulação entre a história do país, a crítica do conhecimento e a profissão, que passa a presidir o debate brasileiro no âmbito da tradição*. (Iamamoto, 1998).

Os rumos assumidos pelo debate brasileiro estabeleceram *uma relação de continuidade e ruptura com os interrogantes do movimento de reconceituação*. A continuidade busca manter vivo espírito que cultiva a crítica tanto ao conservadorismo profissional quanto à vulgarização marxista, no resgate do legado marxiano para inspirar a análise da sociedade e da profissão. Já a ruptura foi construída no processo mesmo de aprofundamento das premissas e propósitos do referido movimento. Seu próprio desenvolvimento adensado pelas inéditas condições histórico-profissionais presentes na nossa sociedade, criou as possibilidades à ultrapassagem da reconceituação: a sua *superação* consubstanciada no processo de renovação crítica do Serviço Social no Brasil (idem).

O referido processo de ruptura com a herança cultural e política de origem é tributário das lutas sociais que se forjaram na crise da ditadura militar, adensando-a e impulsionando o processo de abertura democrática, com ampla participação da sociedade civil organizada. Salienta-se o forte protagonismo do operariado urbano industrial, de pequenos agricultores e assalariados rurais, assim como de segmentos médios, conforme registra Alves (1984)⁵

5 Na década de setenta e oitenta, diversos agentes exercem um papel decisivo na criação de forças de resistência à ditadura e ao processo de construção democrática, conforme acentua Alves (1984): a) a *Igreja Católica* é forte aliada na defesa dos direitos humanos, na denúncia da violência de Estado e na defesa dos presos políticos; b) as *associações de moradores de favelas ou associações comunitárias* alimentam o fortalecimento do movimento popular no período de 1978 a 1984 (Governo João Figueiredo); c) A *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* defende os presos políticos e denuncia prisões arbitrárias, tornando-se destacada porta-voz da oposição no questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional e na defesa do estado de Direito; d) A *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)* combate a censura de imprensa, que também atinge o teatro, a

É nessas veredas coletivas que teve lugar a pesquisa impulsionada pelo Celats/Alaets sobre a história do Serviço Social na América Latina (Brasil e Peru)⁶, coordenada por Manuel Manrique Castro, da qual participei como investigadora adjunta (Manrique e Iamamoto, 1979) juntamente com Raul de Carvalho. A referida pesquisa encontra-se registrada no livro de nossa autoria, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, hoje na 41ª edição⁷.

literatura, o cinema, a música, livros, revistas e jornais; e) a União Nacional dos Estudantes (UNE), reorganizada em 1977, realiza grandes manifestações e passeatas; f) o *movimento sindical urbano e rural* reage aos mecanismos de controle dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho; defende a revogação da política de controle salarial e o reconhecimento do direito às negociações coletivas, o direito de greve e a autonomia sindical. A reforma política de 1979 faz emergir novos partidos políticos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores, em 1980, que passa a canalizar as reivindicações de diferentes movimentos populares, com novo tipo de organização.

6 O conjunto dos resultados daquele projeto de pesquisa mais amplo inclui outros resultados parciais, a saber: o trabalho de LARCO, Alejandrino Maguiña. *Desarrollo capitalista y Trabajo Social*. Peru: CELATS, 1979; de CASTRO, Manuel Manrique. *De apóstoles a agentes de cambio*. El trabajo social en la historia latinoamericana. Peru: CELATS, 1982, editado no Brasil sob o título de *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984. Ressalto, ainda, o artigo de CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 2, p.43-51, 1980. Os resultados da pesquisa no Brasil foram publicados em 1982, no livro: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de Interpretação histórico-metodológica. (Cortez/CELATS, 1982). Em 1985, quando já estava em terceira edição, foi vertido ao castelhano por Manuel Manrique Castro e publicado sob o título: *Relaciones Sociales y Trabajo Social* (CELATS, 1985).

7 Esta experiência nos alertou para a importância da guarda e manutenção dos arquivos documentais e fontes bibliográficas no registro coletivo da memória de iniciativas dos sujeitos e na reconstituição das origens e desenvolvimento da profissão nos países. Resta o apelo às novas gerações de pesquisadores para que se debrucem sobre a pesquisa de fontes de época, inéditas, contribuindo para a reconstituição da memória do Serviço Social latino-americano.

Mas é também nesse período que ocorre, como relatam Ramos (2007) e Bravo (2007), a “virada” da Escola de Serviço Social da UFRJ na direção de ruptura com a cultura profissional prevalecente até então, que vai redirecionar o projeto acadêmico da Escola de Serviço Social e fundar a reorientação e expansão da pós-graduação. Tal mudança foi condicionada pela dinâmica interna da universidade: mobilizações de docentes, discentes e funcionários que acompanhavam a Constituinte e o processo de redemocratização do país. Verifica-se uma significativa renovação do quadro docente daquela escola, seja mediante transferência de outros cursos e/ou universidades, seja mediante a abertura de concursos públicos para novos docentes, no fim da década de setenta. Entre esses se destacam: Gelba Cavalcanti, Maria Inês Souza Bravo, Alcina Oliveira, Maria Helena Rauta Ramos, Maria Helena de Almeida Lima e Maria Durvalina Fernandes Bastos. Estes impulsionaram mudanças na direção social do curso, acompanhadas de uma reforma curricular da graduação em Serviço Social e da proposta de revisão do curso de mestrado, que deu enorme impulso a este nível de ensino. Nesse movimento renovador aliam-se, ainda, professores sintonizados com as mudanças que se operavam: Maria Augusta Temponi, Ana Stella Furtado, Nair Cruz, Amarita Lage e Marisa Sena (Bravo, 2007).

Não se pode subestimar nesse processo a presença do movimento estudantil de Serviço Social⁸ integrado aos Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social realizados em 1986 e 1988, o qual culminou na criação da entidade em 1988, a atual Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESS.

Outra referência importante foram as mudanças verificadas na reitoria da UFRJ, especialmente com a eleição do Magnífico Reitor Prof. Dr. Horácio de Macedo, que assumiu em 1985.

O processo de renovação, nas décadas de oitenta e noventa, ocorre sob o impulso da direção da Escola de Serviço Social, cujas gestões

8 O movimento estudantil contou nos anos 1980 e 1990, com destacados participantes, entre os quais: Elaine Rossetti Behring, Marina Barbosa Pinto, Márcia Torres e Andrea Pequeno. (Bravo, 2007).

aqui reverenciamos pelo importante papel desempenhado na renovação e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*: as gestões das professoras: Maria Helena Rauta Ramos e Maria Inês Souza Bravo (1985-1989); Maria Inês Bravo e Maria Elena Cansado (1990-1994), Maria Durvalina Fernandes Bastos (1994-1998).

A renovação e consolidação do mestrado, em meados dos anos oitenta, implicou uma ampliação do quadro docente, reunindo um grupo estável de docentes de elevado reconhecimento e qualificação acadêmica, titulados e produtivos, com inserção no debate acadêmico profissional. A formação intelectual predominante desse grupo era vinculada à tradição marxista, o que permitiu uma efetiva reorientação da direção teórica dessa pós-graduação. Entre os que se dedicaram prioritariamente a pós-graduação *stricto sensu* podem-se citar: Jean Robert Weisshaupt, Carlos Nelson Coutinho, José Maria Gomez, José Paulo Netto, Nobuco Kameyama, e a autora deste artigo.

Este quadro de renovação do Serviço Social na UFRJ encontra-se inscrito na história da sociedade brasileira, indissociável da luta pela democracia e na defesa do Estado de Direito no ocaso da ditadura, que vai redundar na Constituição de 1988.

A pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem início em 1972. No triênio 1987-1989 conforme informa a CAPES, o curso de mestrado era oferecido em apenas seis instituições de ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). À época existia apenas um curso de doutorado em Serviço Social no Brasil, sediado na PUC-SP.

Um perfil teórico e investigativo já se afirmara entre os pesquisadores de Serviço Social, que passou a ser reconhecido como área de conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em 1984.

O Núcleo de Pesquisa e Publicações da Escola de Serviço Social (NUPESS) da UFRJ é criado em 1988. São três as linhas de pesquisa:

história e serviço social; processos políticos e instituições; processos culturais e movimentos sociais; as quais são um desdobramento da área de concentração, então vigente, do programa de pós-graduação: Serviço Social, instituição e movimentos sociais. As ênfases temáticas dos grupos de pesquisa em funcionamento eram: violência contra a mulher; história do Serviço Social no Rio de Janeiro e assistência social; processo de trabalho e política de saúde do trabalhador; movimentos sociais no campo da saúde; associações de moradores (potencial político das lutas, relação com políticas públicas e participação da população de baixa renda) (Iamamoto, Karsch e Araújo, 1992, p. 161-162).

A CAPES registra, entre 1983 a 1990, a realização de 09 eventos nacionais centrados na pesquisa e no intercâmbio entre pesquisadores do Serviço Social, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social e, a partir de 1987, do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social - CEDEPSS*⁹.

9 São eles: 1) 1983. *I Encontro Nacional de Pesquisa*, realizado em São Luís (Maranhão) no período de 23 s 27 de maio, promovido pela ABESS com apoio do CNPQ; 2) 1984. *II Encontro Nacional de Pesquisa* em Salvador (Bahia), no período de 28/04 a 01/05, promovido pela ABESS com apoio do CNPQ; 3) 1986. *I Encontro Nacional de Pós-graduação em Serviço Social*, no Rio de Janeiro, em maio, promovido pela ABESS com apoio da CAPES e UFRJ; 4) 1987. *III Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social*, em maio, realizado em Campinas (SP), promovido pela ABESS-PUCAMP; 5) 1987. Criação do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social - CEDEPSS* - organismo acadêmico da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), na XXV Convenção Nacional da entidade realizada em Fortaleza (Ceará); 6) 1988. *II Encontro Nacional de Pós-Graduação em Serviço Social*, realizado no Rio de Janeiro, de 5 a 9 de dezembro, com o apoio do CNPQ/UFRJ; 7) 1989. *I Encontro Nacional de Pesquisadores*, realizado em agosto em Brasília (DF) promovido pela ABESS/CEDEPSS, com apoio do CNPQ; 8) 1990. *II Encontro Nacional de Pesquisadores*, realizado em agosto em Brasília (DF), em 27 e 28 de novembro, promovido pela ABESS/CEDEPSS, com apoio do CNPQ; 9) 1990. Reunião Nacional de Pós-graduação, realizada em Belo Horizonte (MG), promovida pela ABESS/CEDEPSS, em 8 de outubro, antecedendo o I Encontro Nacional de Ensino: graduação e Pós-graduação, com apoio do CNPQ, FAPEMG e PUC-MG (Iamamoto, Karsche Araújo, 1992, p. 147-148).

Em 1984, ocorre a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social e o reconhecimento da área pelas agências de fomento à pesquisa, inicia-se a articulação dos programas de pós-graduação, com o apoio da CAPES/CNPq, o que inicialmente se desdobrou na criação Associação Nacional de Pesquisa em Serviço Social – ANPESS, sob a liderança da PUC-SP, em 1985, a qual foi logo esvaziada pela criação, em 1987, do *Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social* - CEDEPSS - organismo acadêmico da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), na XXV Convenção Nacional da entidade, realizada em Fortaleza (Ceará). Na criação do CEDEPSS, o Programa de Pós-Graduação da UFRJ teve um forte protagonismo tanto na elaboração da proposta quanto na composição de seu primeiro conselho diretivo, formado por docentes da casa: Prof.^a Nobuco Kameyama e Prof.^a Marilda Villela Iamamoto. No Conselho de 1991-93, esta última renova sua presença acrescida à do Prof. José Paulo Netto¹⁰.

Já existia um mercado editorial especializado consolidado, alimentado principalmente pela produção acadêmica da pós-graduação, oriunda de docentes e profissionais de campo, que permitiu acumular uma massa crítica profissional considerável. Ampliava-se a interlocução interdisciplinar, rompendo a endogenia intelectual prevalecente. Ao mesmo tempo, os consultores de área na CAPES apontaram a demanda crescente e reprimida para a formação no nível de doutorado de parte de centenas de mestres e apenas 25 doutores em Serviço

10 O Conselho Diretivo do CEDEPSS, Gestão 1987-1989, foi constituído por: Eugenia Célia Raizer – Diretora Executiva - Justina Iva de Araújo e Silva – Presidente da ABESS, Alba Maria Pinho de Carvalho, Marilda Villela Iamamoto e Nobuco Kameyama. Cf. ABESS. *Caderno ABESS n.º2, Educação Popular*. São Paulo: Cortez, 1988, p. 2. Na gestão 1989-1991 não consta nenhum docente da UFRJ na direção do CEDEPSS. No período de 1991-1993, o Conselho Diretivo do CEPESS foi formado por: Myriam Vera Baptista – Diretora Executiva, Lídia Monteiro Rodrigues da Silva - presidente da ABESS, Ana Elizabeth Motta, Jose Paulo Netto, Marilda Villela Iamamoto e Mirtes de Aguiar Macedo. Cf. ABESS *Caderno ABESS n.º 5. A produção do conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p.2.

Social, então existentes.¹¹ E nesse panorama recomendaram a abertura de mais um curso de doutorado, sendo a UFRJ a universidade que oferecia melhores condições imediatas para esta expansão.

É urgente também diversificar a possibilidade de titulação de doutores em Serviço Social, *criando-se outro curso de doutorado no país*. Neste sentido recomenda-se a UFRJ, que poderá oferecer condições para atender tanto à demanda de todas as regiões do país e do exterior, quanto às exigências internas de consolidação aqui apontadas (Iamamoto, Karsch e Araújo, 1992, p. 166).

Entre todas as universidades federais brasileiras, a UFRJ oferecia o maior elenco de opções de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cujo total excedia o número de cursos de graduação (ESS/UFRJ, 1990).

O mestrado foi reestruturado em 1987 e o doutorado em Serviço Social – o primeiro em uma universidade federal no país – em 1990, reafirmando o seu pioneirismo na pós-graduação pública e gratuita. A primeira seleção do curso de doutorado ocorreu em 1993, com início em 1994.

O projeto do curso de doutorado foi fruto de um trabalho coletivo¹², tendo, originalmente, como área de concentração, *Serviço Social, Política Social e Cidadania*, relacionada às linhas e grupos de pesquisa então vigentes no Programa de Pós-graduação com ênfase na abordagem interdisciplinar. Em decorrência da implantação do doutorado, a área de concentração do mestrado foi redefinida para: *Serviço Social, instituições e movimentos sociais*.

Merece destaque também no universo da profissão no país a

11 Cf.: IAMAMOTO, Marilda Villela, KARSCH, Úrsula Simon; ARAÚJO, Jairo Mello de. Relatório Avaliativo da Área de Pós-graduação em Serviço Social. (Período 1987/1989). *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 38, p. 141-166, 1992. A versão em espanhol foi publicada como: Informe Evaluativo del Area. Pós-Graduación en Trabajo Social (Triênio 87-89). *El Post Grado en América Latina. Materiales de Reflexión* Nº 2, Lima - Peru, v. 2, p. 25-45, 1991.

12 A referida proposta foi concluída em uma reunião com três dias de duração, que contou com a participação do grupo de docentes e da direção da ESS, realizada na Colônia de Férias do SESC, em Nogueira, município de Petrópolis (RJ), em 1990.

aprovação, em 1993, da Lei da Regulamentação da Profissão, quando era Presidente do Conselho Federal de Serviço Social a Prof.^a Dra. Marlise Vinagre Silva, docente da ESS/UFRJ, assim como a revisão do Código de Ética do Assistente Social, no mesmo ano, em cuja preparação docentes e discentes da pós-graduação tiveram um protagonismo exemplar, entre os quais: José Paulo Netto, Mione Apolinário, Beatriz Paiva e Marlice Vinagre. Estes dois instrumentos legais condensam a proposta de um novo projeto profissional do Serviço Social brasileiro, constituindo sua base jurídica.

As mudanças na órbita da profissão se ampliam com o processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação sob a direção ao ABESS-CEDEPSS, - inicialmente uma nova proposta de currículo mínimo aprovada em 1996 (ABESS/CEDEPSS, 1997). Este processo também contou com a presença ativa de docentes do PPG da ESS /UFRJ na assessoria à entidade, na elaboração da proposta e ajustes necessários ao seu encaminhamento ao Conselho Federal de Educação (CFE). Tais ajustes foram referendados pelas entidades representativas (CFESS, ABEPSS e ENESS) e encaminhados pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social da SESU/MEC.

Ao longo do século XXI, grandes avanços têm lugar no Programa, consolidando-se sua excelência acadêmica, uma volumosa produção de teses e dissertações, assumindo efetiva liderança no cenário nacional e continental, aprofundando sua internacionalização. Merece destaque a publicação da *Revista Praia Vermelha. Estudos de política e teoria social*, atualmente em seu volume 25, número 2 (2015).

CARLOS NELSON COUTINHO: A RENOVAÇÃO DO MARXISMO E O SERVIÇO SOCIAL

O encontro do Serviço Social com o pensamento de Carlos Nelson coincide com o processo de renovação crítica da profissão no Brasil na década de oitenta, que impulsionou sua aproximação à tradição marxista nas vertentes clássica e contemporânea. Em 1986, Coutinho faz seu ingresso formal na Universidade Pública mediante concurso

para livre docente da UFRJ, na Escola de Serviço Social, a partir do reconhecimento institucional de seu *notório saber*. Este concurso lhe outorga simultaneamente o título de doutor, a partir da tese ali apresentada sobre o pensamento político de Antônio Gramsci, publicada como: *Gramsci. Um estudo de seu pensamento político* (Coutinho, 1989), a qual torna-se um clássico na interpretação e difusão do pensamento gramsciano. Não isenta de polêmicas, esta obra enriqueceu internacionalmente a interpretação de Gramsci.

A riqueza da contribuição de Carlos Nelson Coutinho à renovação crítica do Serviço Social resulta de sua grandeza enquanto intelectual: esta é a tese central que conduz estas breves considerações. Sua aproximação ao Serviço Social representou um enorme privilégio para esta área: a possibilidade de conviver com um pensador culto, arguto e comprometido com rumos do Brasil contemporâneo, permitindo usufruir do seu saber acumulado.

O principal projeto intelectual de Carlos Nelson das últimas cinco décadas, na órbita da tradição marxista, esteve voltado à obra de Antônio Gramsci. Ele foi responsável por sua introdução no Brasil, na década de 1960 – ao lado de Leandro Konder e Luiz Maria Gazzaneo.

Carlos Nelson Coutinho foi o principal tradutor de Antonio Gramsci no país, seu maior difusor e estudioso internacionalmente reconhecido do legado gramsciano. Certamente, nesse grande projeto intelectual, o empreendimento de maior fôlego foi, nos anos 1990, a tradução, em 10 dos *Cadernos do Cárcere* volumes, junto com Marco Aurélio Nogueira e Luís Sérgio Henriques: 06 volumes dos *Cadernos*, 02 volumes com os *Escritos Políticos* (1910-1920 e 1921-1929) e volumes com as *Cartas do Cárcere*.

A esse grande projeto, se integra um indissociável complemento, em se tratando de um estudioso de Marx: a análise do Brasil, de forma criativa e historicamente fundada, iluminada pelo legado de Marx e de Gramsci e voltada à perspectiva da revolução e do socialismo.

Estas duas âncoras da produção de Coutinho – Marx e a tradição marxista (especialmente Lukács e Gramsci) e a sua condição de intérprete do Brasil – são também as pontes de vinculação de sua

obra com o Serviço Social brasileiro. Isto ocorre em decorrência da peculiar ressonância da tradição marxista no universo intelectual do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos, que tem em Gramsci um de seus principais inspiradores.

Outro elemento de atração entre Gramsci e o Serviço Social brasileiro é o desafio de decifrar a formação histórica brasileira: as classes sociais e sua dinâmica contraditória, as relações entre o Estado e a sociedade civil, a “questão social” e as lutas pela hegemonia, o universo do trabalho e suas dimensões culturais, as respostas institucionais no nível das políticas públicas, dimensões caras às elaborações gramscianas.

É no terreno das relações sociais historicamente constituídas, em suas expressões cotidianas, que atuam os assistentes sociais. Atuação esta que requer tanto uma dimensão cognitiva na apreensão da dinâmica dos processos sociais quanto uma ética correspondente, o que torna a análise de Gramsci privilegiada. O Serviço Social dispõe de uma dimensão necessária de ação na realidade, nas múltiplas expressões da *questão social*, tal como vividas e apreendidas pelos sujeitos sociais.

Segundo Coutinho (1989), Gramsci elabora a *ontologia marxista da práxis política*, aí residindo sua essencial contribuição. Ele “tende a ver todas as esferas do ser social a partir do ângulo da política”. Assim como “Marx foi um crítico da economia política, o terreno da teoria de Gramsci é a *crítica da política*”. Coutinho considera que Gramsci, *sem negar a centralidade ontológica das relações de produção para explicar a vida social*, concentrou sua atenção *na política e na ideologia*, isto é, *no terreno das superestruturas*, onde se trava a batalha decisiva entre as classes sociais e onde “os conflitos econômicos encontram os modos de sua resolução.”

Coutinho (1989) esclarece haver em Gramsci dois conceitos de política. A primeira noção indica o “salto entre o determinismo econômico e a liberdade política” (p. 22), expresso na noção de *catarse*: “processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômicos corporativos e se eleva a uma dimensão universal, que ele chama

de ético-política” (idem). Ou seja, é o “momento em que a classe deixa de ser fenômeno puramente econômico e se transforma em sujeito consciente da história”, condição para tornar-se uma *classe nacional, isto é, representante dos interesses de um bloco social majoritário*. Assim, como sustenta Gramsci,

quanto mais se ampliar a socialização do poder político quanto mais a sociedade civil for rica e articulada, tanto mais os processos sociais serão determinados pela teleologia (pela vontade coletiva organizada) e tanto menos se imporá a causalidade automática e espontânea da economia (Gramsci apud Coutinho, 1989, p. 58).

É este compromisso com a grande política que tem ressonância no *Código de Ética do Assistente Social e em seus princípios norteadores*.

A outra noção da *política, mais estrita*, refere-se ao “conjunto e práticas e objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações entre governados e governantes”, tendo sua matriz na sociedade de classes. Esta noção não se confunde com a “pequena política”, tão cara à época neoliberal, como já nos alertou Coutinho (1989, p. 52-54). Em termos gramscianos, a política deixa de ser pensada como “arena de luta entre propostas de sociedade”, passando a ser concebida como “simples administração do existente”, alheia à vida cotidiana dos indivíduos. No nível profissional, poder-se-ia afirmar que faz renascer o devotamento à técnica, ao “como fazer” em nome da eficiência da “prática”, que é mistificada, favorecendo o obscurecimento ideológico do grande jogo político que subjaz à rotina da burocracia estatal. A pequena política identifica-se com “a práxis manipulatória passiva”, e compreende “questões parciais e cotidianas que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida”: a política do dia a dia, de corredor, da intriga, que viceja na vida estatal.

A aproximação do Serviço Social ao pensamento de Antonio Gramsci foi objeto de estudo de Simionatto (1995) na obra *Gramsci: sua teoria, incidências no Brasil, influência no Serviço Social*, originalmente sua tese de doutorado. Ela foi realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade

Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a fecunda orientação do Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho. O texto apresenta o universo teórico-metodológico de Antonio Gramsci, a trajetória de seu pensamento no país, nas décadas de 1960 a 1980 e as principais produções por ele inspiradas, com destaque para a influência de suas ideias no Serviço Social brasileiro, afirmando a atualidade do legado gramsciano para decifrar o mundo contemporâneo.

A partir desse encontro, o Serviço Social passa a usufruir privilegiadamente dos estudos acumulados por Carlos Nelson sobre *Lukács*, sobre *Gramsci* e *como intérprete do Brasil* – sua formação social e sua produção literária -, que marcaram a biografia intelectual de Carlos Nelson Coutinho, esse “marxista convicto e confesso”.

Carlos Nelson era dotado de vasta cultura, fruto de fecunda interlocução com pensadores clássicos e contemporâneos nos mais variados campos do conhecimento - filosofia, política, economia, cultura e, em especial, da literatura. Assim sua formação intelectual e sua obra rompem fronteiras das ciências institucionalizadas, norteadas pela noção totalidade histórica. *Autodidata, ele se forma mais além do território da academia, por fora dela*, na apropriação da melhor herança intelectual acumulada e no compromisso político com as forças renovadoras da história na sua margem esquerda, na condição de intelectual e militante.

Aí está um ensinamento fundamental que nos lega Carlos Nelson: enfrentar com persistência e tenacidade o desafio do conhecimento, na busca da melhor cultura universal que se recicla e se alimenta das particularidades históricas de *Nuestra América*, cantada por poetas e defendida por seus lutadores, sobretudo incorporando os ventos renovadores que sopram das classes subalternas do sul do planeta.

Outro legado de Carlos Nelson são os *estudos sobre a democracia como valor universal, sobre as relações entre o Estado ampliado e sociedade civil e a perspectiva da revolução nas sociedades ocidentais, fundadas na teoria de Gramsci*. Entende Coutinho que o processo de aprofundamento da democracia se choca com o capitalismo e cria o terreno fértil para a construção do socialismo, no horizonte de uma

sociedade onde tenha lugar o “desenvolvimento da livre personalidade humana” nos termos de Marx, ou da “sociedade regulada” na linguagem gramsciana.

Podemos desdobrar a contribuição de Carlos Nelson ao Serviço Social em várias dimensões:

- Na consolidação do *Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ*, inicialmente um curso de mestrado em Serviço Social e logo seu desdobramento no curso de doutorado. Carlos Nelson legou a esta Universidade uma inestimável contribuição com seu peso intelectual e político para imprimir a formação no nível de pós-graduação um padrão de excelência acadêmica, ao lado de outras inestimáveis contribuições. Ele formou gerações de pesquisadores com seus cursos de *Teoria Política e Formação Social do Brasil*, orientando teses e dissertações e mantendo viva a chama do debate sobre o Brasil contemporâneo e seus rumos políticos;
- Na formação de *novos quadros acadêmicos na área de Serviço Social* – mestres e doutores. Na pós-graduação em Serviço Social, Carlos Nelson contribuiu também na formação de novos quadros acadêmicos oriundos de outras áreas profissionais: Educação, Ciência Política, História entre outros. Assim apoiou a formação de jovens intelectuais, estudiosos e difusores do pensamento de Gramsci no país;
- Na *difusão da contribuição gramsciana no Serviço Social brasileiro* e na afirmação e renovação do marxismo enquanto recurso teórico-metodológico indispensável para a leitura do Brasil contemporâneo (ver, por exemplo: Coutinho, 1992, 1994, 2000, 2006, 2010; Coutinho e Nogueira, 1988);
- No adensamento dos princípios éticos da profissão e dos fundamentos do Serviço Social: sua produção acadêmica teve influência preponderante no processo de elaboração e renovação das normativas e princípios éticos do Serviço Social na abertura dos anos noventa, com as noções de democracia, cidadania, igualdade, liberdade, que forjam a tessitura das escolhas éticas e da perspectiva de um projeto ético-político aliado ao debate sobre o *pluralismo*;

- Na contribuição generosa em eventos acadêmico-profissionais na área de Serviço Social com sua marcante presença, colaborando na qualificação do debate do Serviço Social contemporâneo. Podem-se citar os debates sobre: os fundamentos da metodologia no âmbito do Serviço Social, nos anos oitenta e noventa, nos quais incidem noções de Gramsci como: práxis, bloco histórico, hegemonia, classes subalternas, vontade coletiva, nacional-popular, intelectual orgânico, sociedade política e sociedade civil;
- Na tradição marxista e suas refrações no universo do Serviço Social que encorpam o debate ético no Serviço Social; a análise de conjunturas políticas nas últimas três décadas e o debate sobre a construção de alternativas políticas para o Brasil;
- Sua contribuição à pós-graduação em Serviço Social ampliou-se para a América Latina, em particular no Cone Sul, Uruguai e Argentina - com ampla difusão de sua obra na América Central, como em Costa Rica;
- Importa lembrar que Carlos Nelson integra, com fina sintonia, a condição de intelectual e militante. Foi assessor do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), participou do Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto Ministro das Relações Exteriores, e contribuiu na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

Em tempos de horizontes curtos, de prevalência dos imediatismos e do império mercantil, dilacerados pela devoção ao consumo e ao exacerbado individualismo que mina projetos coletivos, o cultivo do pensamento de Gramsci é um ato de contestação à cultura do mercado e do dinheiro. Gramsci é hoje parte indissociável do legado do pensamento social no país na crítica da política e da cultura, contribuindo de forma decisiva para a renovação do marxismo brasileiro. Ele anima a criação de uma nova *civiltà*, impulsionando a ação e a iniciativa coletivas na reinvenção da história, mediante a construção de processos contra-hegemônicos voltados a uma nova forma histórica de sociabilidade.

Fica aqui o desafio, aos intelectuais e pesquisadores, de darem continuidade à frutífera linha de pesquisa de Coutinho tanto na

academia quanto no conjunto das forças políticas; e incorporarem as sugestões contidas na obra de Gramsci para pensar os processos e sujeitos sociais no Brasil contemporâneo.

Finalizando, presto minha singela homenagem ao meu amigo e professor Carlos Nelson Coutinho. Eu o chamava carinhosamente de “Professor”, porque assim o considerava enquanto intelectual. Conheci Carlos Nelson na UFRJ nos idos 1986, quando começamos as gestões para ingresso nesta Universidade, há trinta anos. Esse contato inicial desdobrou-se em uma fraterna amizade em que compartilhamos os dramas e as alegrias da vida. E em um profícuo período de trabalho coletivo no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, já sinalizado.

Meus últimos contatos com Carlos Nelson foram no dia de seu aniversário, dia 27 de junho de 2012, às vésperas de receber o título de professor Emérito na UFRJ. No dia em que recebeu a emergência, lembrou, no marco de sua trajetória, a relação que manteve com o Serviço Social. No início se perguntava o que tinha vindo fazer numa Escola de Serviço Social. Com o tempo aprendeu a respeitar a profissão e admirar os seus quadros acadêmicos. E sempre repetia que, pela convivência e pela aproximação intelectual, já merecia receber o título de “assistente social honorário”.

Como sua assídua e persistente leitora, a obra de Carlos Nelson Coutinho vem enriquecendo a minha formação e minha produção. Também tive em Carlos Nelson um leitor privilegiado de originais de artigos e livros. E recebi sua generosa colaboração na apresentação de dois livros, numa relação respeitosa e rigorosa de intercâmbio intelectual entre colegas – infelizmente com pouco alento na academia na atualidade.

Em 2013, por ocasião da reedição do livro *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*, publicado originalmente em 1992, presto-lhe uma singela homenagem, da qual extraio o segmento que se segue:

Carlos Nelson Coutinho nos deixou no dia 20 de setembro de 2012. Professor Emérito da UFRJ, filósofo marxista, foi tradutor, crítico literário e pesquisador. Com ativa presença na vida política brasileira, ele

dedicou-se aos estudos de teoria política, da cultura e da formação histórica do Brasil. Internacionalmente reconhecido como um dos grandes especialistas na obra de Antonio Gramsci, é também seu mais importante tradutor para a língua portuguesa. Foi um dos responsáveis pela difusão da produção do pensador húngaro György Lukács no País. Democrata e socialista, Carlos Nelson sempre se manteve nas trincheiras da luta política por um Brasil mais justo e igualitário, sob a hegemonia da economia política do trabalho. O exemplo de sua vida e o legado de sua obra estão vivos entre nós e animam a luta por tempos mais humanos, mais generosos e felizes para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABESS/ CEPESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). In: *Caderno Abess* nº 7. Formação profissional. Trajetória e desafios. São Paulo: Cortez, 1997.
- ABESS. *Caderno ABESS nº 2, Educação Popular*. São Paulo: Cortez, 1988.
- ABESS *Caderno ABESS nº 5. A produção do conhecimento no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDER-EGG, Ezequiel. Lectura crítica del documento de Teresópolis (1ª parte). *Hoy en el Trabajo Social*, nº 25. Buenos Aires: ECRO, dez, 1972, p. 61-76.
- .; ____ Lectura crítica del Documento de Teresópolis. 2da parte, comentário al trabajo de Jose Lucena Dantas. “La teoría metodológica del Servicio Social. Um abordage sistemático”. Bibliográficas. *Hoy en el Trabajo Social*, nº 26. Buenos Aires: ECRO, abr, 1973, p. 35-37.
- AQUÍN, Nora. Reconceptualización: un trabajo social alternativo o una alternativa al trabajo social? *Serviço Social & Sociedade*, São

- Paulo, n. 84, p. 48-65, 2005.
- BARBOSA, M. Margarida. *Objetivos profissionais e objetivos institucionais na trajetória do Serviço Social: Belo Horizonte, 1960-1984*. São Paulo: PUC/SP, 1989.
- BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I., BEHRING, E., SANTOS, S. M. E MIOTO, R. C. T. *Capitalismo em crise*. Política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p.13-34.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAVO, Maria Ines Souza. *Lutas, desafios e conquistas da Escola de Serviço Social da UFRJ*. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007., p.57-66.
- BRAVO, Maria Inês Souza e FREIRE, Silene Moraes. Trajetória Histórica das Primeiras Unidades Públicas de Ensino de Serviço Social no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade*, v. 96, 2008. p. 128-150.
- CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade. In: *Serviço Social & Sociedade* n. 2. São Paulo: Cortez, 1980, p. 43-51.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*. Documentos de Araxá, Terezópolis e Sumaré. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- CELATS. Evento. El Celats: organismo de cooperación técnica internacional. *Revista Acción Crítica* nº1. dez. 1976, p. 9-13.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a Corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.
- _____. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. amp. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- _____. *Marxismo e Política*. A dualidade dos poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. *Cultura e sociedade no Brasil*. Ensaios sobre ideias e formas. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: DP&A ed., 2000.
- _____. *Intervenções: O marxismo na batalha das idéias*. São Paulo:

- Cortez, 2006.
- _____. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Lukács, Proust e Kafka*. Literatura e sociedade no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. e NOGUEIRA, Marco Aurelio (orgs). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DAHMER PEREIRA, Tatiana. Escola de Serviço Social da Universidade do Brasil: um breve resgate de sua história. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.7-10.
- ESS/UFRJ: Proposta do Programa de doutorado em Serviço Social na UFRJ. Cadernos do Núcleo de Pesquisa e Publicações da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ESS/UFRJ, (mimeo), abril de 1990.
- FREIRE, Paulo. Rol del trabajador social en el proceso de cambio. *Hoy en el Trabajo Social n° 16-17*. Buenos Aires: ECRO, 1969, p. 89-104.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Os 70 anos da Faculdade de Serviço Social da UERJ na história do Serviço Social brasileiro. In: VELOSO, Renato dos Santos; CARVALHO, Paulo Roberto M.; ALMEIDA, Ney Luis T.; MELO, Ana Inês Simões. *C.Trajatória da Faculdade de serviço Social da UERJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ, 2014.
- _____. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-250.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relaciones Sociales y Trabajo Social*. Lima: CELATS, 1985. Versão de Manuel Manrique Castro.
- IAMAMOTO, Marilda Villela, KARCH, Úrsula Simon; ARAÚJO, Jairo Mello de. Relatório Avaliativo da Área de Pós-graduação em Serviço Social. (Período 1987/1989). *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 38, p. 141-166, 1992.

- _____. Informe Evaluativo del Area. Pós-Graduação em Trabalho Social (Triênio 87-89). El Post Grado en América Latina. Materiales de Reflexión N° 2, Lima - Peru, v. 2, p. 25-45, 1991.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LIMA, Leila; RODRIGUEZ, Roberto. "Metodologismo: estallido de una época", In: *Acción Crítica* n. 2, Lima (Peru); Celats, p.15-41, jul. 1977.
- MAGUIÑA LARCO, Alexandrino. *Desarrollo capitalista y Trabajo Social*. Peru: Celats, 1979.
- MANRIQUE CASTRO, Manuel. *De apóstoles a agentes de cambio*. El trabajo social en la historia latinoamericana. Peru: CELATS, 1982.
- _____. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1984.
- MANRIQUE, Manuel Castro; IAMAMOTO, Marilda Villela. Hacia el estudio de la história del Trabajo Social en América Latina. *Acción Crítica* n° 5. Lima: Celats, 1979, p. 53-73.
- MIGLIARI, Maria de Fátima. Os outros podem ser o céu. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.23-36.
- MURICY, Moema. *Instituto Social*. Uma nova forma de ser da Igreja hoje. Dissertação de Mestrado em Teologia. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Teologia, 2000.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social* n° 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.
- _____. *Autocracia burguesa e Serviço Social* (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 1991.
- PINHEIRO, Maria Isolina. *Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo do Rio de Janeiro*. Documentário. Rio de Janeiro: Edições UERJ, 1985.
- QUIROGA, Consuelo. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.
- QUIROGA, Consuelo. (Org.). *Compendio sobre la metodología del trabajo social*. Buenos Aires: ECRO, 1973a.

- _____. *Compendio sobre la reestructuración de la carrera de trabajo social*. Buenos Aires: ECRO, 1973b, p. 25-67.
- RAMOS, Maria Helena Rauta. Marcas e Marcos para a construção da ESS/UFRJ. In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p.37-56.
- RODRIGUES DA SILVA, Lídia. Maria. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1991. 2 v.
- RODRIGUEZ, Manuel, E, La rebelión estudiantil y el Servicio Social. *Revista Hoy en Servicio Social*, nº 21. Buenos Aires: ECRO, jul. 1971, p. 17-32.
- SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4ªed. São Paulo: Cortez Ed, 2011.
- UFRJ. Histórias vividas, memórias presentes. Mesa redonda com as ex-diretoras da ESS/UFRJ, In: UFRJ. *Curso de Serviço Social na UFRJ. 70 anos de História*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007., p.67-98.

FONTES ELETRÔNICAS

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaAvaliacao.jsf> Consulta em 25/05/2016.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/issue/view/386/showToc>. Acesso em 22/10/2016.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Andréa Teixeira

VICE-DIRETORA

Sheila Backx

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosana Morgado

REVISTA PRAIA VERMELHA

*(Para os membros da Equipe Editorial
pertencentes à Escola de Serviço Social
da UFRJ o vínculo institucional foi omitido)*

EDITORES

José María Gómez

José Paulo Netto

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes

Myriam Lins de Barros

COMISSÃO EDITORIAL

Rosana Morgado

Sheila Backx

CONSELHO EDITORIAL

Adonia Antunes Prado (FE/UFRJ), Alejandra Pastorini Corleto, Alzira Mitz Bernardes Guarany, Andrea Moraes Alves, Antônio Carlos de Oliveira (PUC-Rio), Carlos Eduardo Montañó Barreto, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Christina Vital da Cunha (UFF), Fátima Valéria Ferreira Souza, Francisco José da Costa Alves (UFSCar), Gabriela Maria Lema Icassuriaga, Glaucia Lelis Alves Ilma Rezende Soares, Jairo Cesar Marconi Nicolau (IFCS/UFRJ), Joana Angélica Barbosa Garcia, José Maria Gomes, José Ricardo Ramalho (IFCS/UFRJ), Kátia Sento Sé Mello, Leilah Landim Assumpção, Leile Silvia Candido Teixeira, Leonilde Servolo de

Medeiros (CPDA/UFRRJ), Lígia Silva Leite (UERJ), Lília Guimarães Pougy, Listz Vieira (PUC-Rio), Ludmila Fontenele Cavalcanti, Marcelo Macedo Corrêa e Castro (FE/UFRJ), Maria Celeste Simões Marques (NEPP-DH/UFRJ), Maria das Dores Campos Machado, Marildo Menegat, Marilea Venâncio Porfírio (NEPP-DH/UFRJ), Maristela Dal Moro, Miriam Krenzinger Guindani, Mohammed ElHajji (ECO/UFRJ), Mônica de Castro Maia Senna (ESS/UFF), Mônica Pereira dos Santos (FE/UFRJ), Murilo Peixoto da Mota (NEPP-DH/UFRJ), Myriam Moraes Lins e Barros, Patrícia Silveira de Farias, Paula Ferreira Poncioni, Pedro Cláudio Cunca Bocayuva B Cunha (NEPP-DH/UFRJ), Raimunda Magalhães da Silva (UNIFOR), Ranieri Carli de Oliveira (UFF), Ricardo Rezende, Rodrigo Silva Lima (UFF), Rosana Morgado, Rosemere Santos Maia, Rulian Emmerick (UFRRJ), Silvana Gonçalves de Paula (CPDA/UFRRJ), Sueli Bulhões da Silva (PUC-Rio), Suely Ferreira Deslandes (ENSP/FIOCRUZ), Tatiana Dahmer Pereira (UFF), Vantuil Pereira (NEPP-DH/UFRJ) e Verônica Paulino da Cruz.

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo objetivo é construir um instrumento de interlocução com outros centros de pesquisa do Serviço Social e áreas afins, colocando em debate as questões atuais, particularmente aquelas relacionadas à “Questão Social” na sociedade brasileira.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição da Comissão Editorial.



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0.

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoría Social-Periódicos. 3. Política-Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

CDD 360.5
CDU 36 (05)